

EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL: UMA HISTÓRIA ATRELADA AO COLONIALISMO

Ana Lucia Barreto da Fonseca¹;

¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia
<http://lattes.cnpq.br/0827905171258986>

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa²;

²Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco.
<http://lattes.cnpq.br/1400479085991320>

Iana Gabriela Mendes de Jesus³;

³Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/7517071121107798>

Ana Clara Matos de Oliveira⁴;

⁴Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3751424809629961>

Maiana de Jesus Souza⁵;

⁵Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<https://lattes.cnpq.br/2878112091612387>

Aleff do Sacramento Lima Araujo⁶;

⁶Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia
<http://lattes.cnpq.br/9704033032065602>

Dandara de Jesus Brito⁷;

⁷Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/1301410466839558>

Ângela Ramos Coutinho⁸;

⁸Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/1576111754319500>

Marcos Melo Marques Carneiro⁹;

⁹Centro Universitário Nobre (UNIFAN), Feira de Santana, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3585464427119542>

Paula Hayasi Pinho¹⁰;

¹⁰Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/2851217925555175>

Simone Seixas da Cruz¹¹.

¹¹Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Santo Antônio de Jesus, Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3699965077755163>

RESUMO: A história do Brasil é marcada pelo colonialismo escravocrata imposto pela coroa portuguesa que foi definida como aquela que descobriu o Brasil. Nesse contexto não havia

espaço para a constituição de espaços de produção e disseminação de conhecimento, tudo era definido pela metrópole – Portugal, e os exploradores das terras *além mar* não tinham nenhuma outra intenção que explorar riquezas e retornar as suas origens ostentando suas conquistas. Esse trabalho tem o objetivo de apresentar alguns fatores históricos da colonização portuguesa que constituíram o alicerce da sociedade e o chão das universidades brasileiras. A análise dos dados de formação das primeiras universidades, histórica e socialmente que atravessam a formação acadêmica até o presente. Ao identificar as ideologias dos tempos em que o domínio da terra, exploração da força escrava de negros e nativos americanos escravizados representavam poder e domínio e a educação formal estava atrelada aos poderes econômicos e religiosos para manutenção do status quo. A escolarização dos filhos dos latifúndios realizadas por preceptores vindos da corte, religiosos e se ampliava ao envio dos educandos ao velho continente, até a chegada da corte portuguesa que define os padrões das universidades.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. História. Colonização

HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A HISTORY LINKED TO COLONIALISM

ABSTRACT: The history of Brazil is marked by the slave-owning colonialism imposed by the Portuguese crown, which was defined as the one that discovered Brazil. In this context, there was no space for the constitution of spaces for the production and dissemination of knowledge; everything was defined by the metropolis – Portugal – and the explorers of the lands overseas had no other intention than to exploit riches and return to their origins flaunting their conquests. This work aims to present some historical factors of Portuguese colonization that constituted the foundation of Brazilian society and the ground of Brazilian universities. The analysis of the data on the formation of the first universities, historically and socially, traverses academic formation to the present. By identifying the ideologies of the times when the dominion of the land, the exploitation of the slave labor of enslaved Black people and Native Americans represented power and dominance, and formal education was linked to economic and religious powers for the maintenance of the status quo. The schooling of the children of large estates, carried out by tutors from the court and religious figures, expanded to include sending students to the Old Continent, until the arrival of the Portuguese court, which defined the standards for universities.

KEYWORDS: University. History. Colonization

INTRODUÇÃO

Era uma vez uma terra habitada por centenas e milhares de pessoas, de diferentes etnias e culturas, com seus hábitos e costumes ancestrais, com história de conquistas, embates e sobrevivência às diversidades das densas florestas tropicais. E, de uma hora para outra, em um determinado dia do ano de 1500, veem aportar em seu território embarcações enormes, nunca vistas, com grandes velas, e dessas desembarcam centenas de homens

com os corpos cobertos com muitos panos, com pele alva, e falam uma língua desconhecida aos nativos de pele avermelhada, cabelos pretos e desnudos.

Os que chegam afirmam ter descoberto uma nova terra e descrevem seus habitantes como “primitivos”, então passam a se utilizar de artimanhas para dominar todo território e explorar suas riquezas. Os nativos não aceitam ter sua vida dominada, suas mulheres violadas e tornam-se inimigos dos brancos europeus, e assim se desenrolam muitos confrontos, muitos embates, inclusive embates biológicos, já que os nativos não eram conhecedores das enfermidades do velho continente (Fausto, 2006).

Após algumas décadas de tentativa de escravização fracassada os ditos colonizadores – “donos da terra conquistada”, começam a trazer pessoas do continente distante, também dominado, a África, e torna-os escravos, reduzindo-os a meros objetos de posse dos exploradores. Nesse contexto a força do conhecimento era definida pela colônia, que administrava e comandava a exploração das terras e dos homens escravizados (Fausto, 2006).

Por mais de 300 anos, as terras brasileiras viveram a realidade de extração e produção de riqueza para a metrópole portuguesa, sem se constituir como território geopolítico, em que todo conhecimento era oriundo de Portugal, do continente europeu. Os educadores chegados as terras conquistadas eram religiosos/jesuítas enviados com a função de catequizar os nativos e destituí-los de sua cultura.

Os filhos dos latifundiários enriquecidos eram, quando muito, educados por preceptores oriundos da corte portuguesa ou de algum país europeu – França, Inglaterra. E quando tinham interesse numa formação acadêmica mais específica, em geral, Medicina e Direito, eram enviados ao velho continente para estudar.

E CHEGA À NOBREZA

Esse é o cenário da educação no Brasil quando a corte portuguesa decide sair da Europa por causa das conquistas de Napoleão que ameaça a soberania de Portugal. O rei escolhe o Brasil como território para exílio dos nobres portugueses e precisa transformar a realidade da colônia para receber os seus chefes de Estado.

Então os primeiros indícios de universidade no Brasil estão atrelados a vinda da família imperial portuguesa, fugidos da guerra napoleônica, nos idos de 1822. Essas instituições foram criadas para atender aos membros da nobreza portuguesa e filhos de grandes proprietários de terra que, tradicionalmente, enviavam seus filhos à Europa para obterem diplomas em Artes, Direito e Medicina, Teologia. Com a Europa em guerra, essa prática foi suspensa, e com o exílio da coroa portuguesa no Brasil, fez-se necessário estruturar essas instituições formadoras em terras do novo continente (Oliveira; Fonseca, 2018).

Os docentes convidados a exercerem a docência nesse período, além dos que acompanharam a corte, intelectuais portugueses, oriundos das suas medievais universidades, estiveram os ditos intelectuais brasileiros formados nas universidades europeias, portanto,

provenientes das famílias do poder latifundiário brasileiro. Assim, a universidade brasileira foi reduto de produções de conhecimento baseados nos pressupostos das universidades medievais europeias sob a égide da Igreja Católica.

Ponce (2001) define que esses espaços “universidades” como agrupamentos de homens que se dedicavam ao cultivo da ciência, imaginando a construção de um conhecimento ampliado, no esforço de distanciarem-se dos moldes medievais, pós Guerra Santa no Oriente, ainda estavam sob grande influência de Roma. Esse fenômeno possibilitou a circulação de conhecimento e mudança de alguns paradigmas, pois trouxe da Europa muitas das produções do norte ocidental, que já estavam alterando significativamente os modos de produção, economia e política do velho continente. Fatores esses que culminaram novas ordens sociais, a exemplo das revoluções como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, entre outros eventos.

O Brasil, inserido na sua vida rustica, tropical, os nobres europeus, latifundiários vivendo seu apogeu “medieval”, rodeados de servos/escravos, com seus poderes e privilégios instituídos, com o poder político e religioso no comando. Montaram universidades para seu serviço e formação, os mestres, assim clamados os docentes de outrora, provinham dessa classe, e/ou a esta servia. Fonseca (2000) apresenta que os mestres eram muito poucos, destacados pelo simples fato de ter o domínio da escrita, muitas vezes e a perspectiva de pensar sobre a vida, buscar explicações sobre a existência. Intercruzavam todos os conhecimentos que tinham, específicos em algumas áreas, mas embasados em suas crenças e valores religiosos e sociais.

Esses “mestres” deveriam pensar sobre os mais diversos aspectos da vida, se dedicavam as artes da cura (conhecimento que envolvia ciência e misticismo), estudavam os astros, a arquitetura, o direito, o teatro, esses eram nominados filósofos. No espaço geográfico da América, estavam restritos a suas próprias classes socioeconômicas, num país analfabeto, eram os letrados. Os discentes eram seus discípulos, “aquele que acompanha” (Wiktionary, 2023).

MODELO DE EDUCAÇÃO

O Brasil manteve o modelo instituído pelo Feudalismo, sob égide de Roma, com o conhecimento custodiado pela igreja e seus representantes, envolto em uma ordenação social bastante clara; brancos, homens, ricos e sem deficiência definiam a ordem social e política e toda produção do conhecimento estava submetida a essa hierarquia (Oliveira; Fonseca, 2019). Essa ordem das coisas levou a uma estagnação na produção do conhecimento, como também na circulação das informações e o acesso a essas era restrito a poucos, com caráter direto, com poucas contaminações de fontes ideológicas libertárias (Gomes; V. Machado-Taylo; Saraiva, 2018).

Como dito acima, Gomes, V. Machado-Taylo, Saraiva (2018) e Oliveira e Fonseca (2019) afirmam que as instituições superiores brasileiras eram restritas a determinadas

parcelas da sociedade e envolta em crenças religiosas basilares, de modo que assemelhavam aos mosteiros medievais. O domínio da produção de conhecimento tinha a função de controle político e a definição de quem eram os sujeitos que estariam autorizados a acessá-lo, mesmo assim é possível identificar células de resistência em diversos setores da sociedade, pelo acesso a materiais trazidos por artistas, intelectuais e cientistas que iam e vinham da Europa.

A produção de materiais que divulgavam as informações circulantes sobre os movimentos contrários a monarquia, e em especial a libertação dos negros escravizados, vindos de países fronteiriços e países do continente europeu, promovendo alguns movimentos sociais e políticos no interior da universidade, exigindo o controle dessas atividades pelas forças repressoras do poder (Fausto, 2006). A universidade torna-se território de discussão das mudanças sociais e políticas da sociedade, contudo, estavam sempre em funções ambíguas, já que grande parte dos seus integrantes, professores e alunos, eram oriundos da classe dominante e estavam em situações privilegiadas, mas também sob a pressão política de grupos revolucionários que exigiam reformas.

Os padrões de ensino brasileiro das universidades, se por um lado foi ambiente de resistência, espaço de movimentos sociais, por outro estava sob controle do poder e composto por homens atrelados aos poderes instituídos. A análise e discussão da realidade social era cerceada, para além da limitação de investimentos em produções acadêmicas, esteve dominada pela ideologia de descredito na capacidade dos produtos dos trópicos, mantendo a submissão ao que ditavam os europeus.

A REPÚBLICA

Essa perspectiva tornou as universidades meras reprodutoras de conhecimentos externo, o baixo investimento levou a manutenção da crença de ser limitada e incapaz de algo novo, teria que vir algo pronto, sem grandes enquetes, alguém ensina, alguém aprende. Apesar disso, o século XIX passa e o século XX chega trazendo a ampliação das Instituições de formação acadêmicas, alguns financiadas por profissionais que vislumbravam a necessidade de ampliar o acesso a academia, e assim surgem as escolas dirigidas as formações específicas, a partir das associações profissionais, como escolas de direito, medicina, engenharia, educação, mas ainda é destino de poucos e dirigidos a burguesia ascendente, que não tinham como acessar a educação europeia (Aguiar; Teixeira, 2019).

A primeira universidade, com a reunião de vários cursos, foi a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, capital da República. Embora de caráter público, foram criadas em polos de poder econômicos e político, para subsidiar a produção, destinadas a formação de profissionais oriundos das classes altas e médias. Na década de 70 do século XX, no auge da Ditadura militar, houve a criação de várias Universidades públicas, federais e estaduais, espalhadas pelas capitais do país. Ainda assim, as instituições eram majoritariamente povoadas pelos filhos da burguesia que intercambia a formação entre o Brasil e os países dominantes, para seguir assumindo os espaços da docência e da pesquisa (Aguiar; Teixeira,

2019).

A ampliação da escolarização técnica profissionalizante abre espaço para uma pequena mobilidade social, começando um movimento na periferia, e Oliveira e Fonseca (2018) apontam que as décadas finais do século XX encena os ensaios de outras formas de atuar a educação brasileira. Os movimentos sociais da favela, dos grandes centros em direção à aquisição de direitos sociais de educação e saúde, que aderida a ordem política e econômica, abre precedentes de ampliação das IES brasileiras.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Há um novo paradigma vigente ao adentrar o novo milênio, uma nova ordenação política, que abre precedentes de políticas públicas dirigidas as camadas mais populares da sociedade. Entre essas políticas públicas estão aquelas que levaram à ampliação das IES brasileiras, em especial as públicas, bem como políticas de suporte e retratação as injustiças sociais, acumuladas em cinco séculos de exclusão social e exploração de determinadas camadas da população. Essas políticas aprovaram leis, em 2012, que definiram a obrigatoriedade de reserva de vagas, chamadas de lei de cotas raciais, reservando 50% das vagas para pessoas negras e indígenas, em especial oriundas do Ensino Médio das instituições de ensino público (Bento et al, 2016), apenas em 2016 foi incluída nessas Cotas as pessoas com deficiência, sendo apenas em 2021 que a lei de Cotas para Pessoas Com Deficiência (PCDs) é assinada pela Câmara Federal.

Essas leis têm como dispositivo alavancar a defasagem da qualidade na formação básica das escolas públicas brasileiras e a grande dívida social do Brasil com os povos originários, negros, e posteriormente, deficientes, historicamente excluídos das oportunidades educacionais ao longo da história do Brasil. Essas políticas sociais, chamadas “Políticas Afirmativas”, resultam dos movimentos sociais de base que alguns anos antes, em 1999, construíram, junto ao Ministério da Educação a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), desdobrando do Programa de Crédito Educativo (CREDUC), criado em 1975. Esses fundos foram ampliados em 2010, e mantendo seu objetivo maior, o financiamento dos cursos em IES privadas para aqueles que sejam oriundos das escolas públicas, a juros baixos. Em paralelo as cotas e ampliação dos fundos de financiamento.

CONCLUSÃO

Broch; Breschiliare; Barbosa-Rinaldi (2020) definem que todos esses fatores promoveram uma explosão no número de IES, as públicas em torno de 10%, mas as IES de capital privada tiveram um incremento de 132% de crescimento entre 1995 e 2005, havendo uma desaceleração dos setores privados, chegando a crescer apenas 9%, enquanto continuou o crescimento de 30% nos setores públicos, a partir de 2007.

Duas décadas de ampliação do acesso as IES, a ampliação da docência de Terceiro Grau, uma década da Lei de Cotas Raciais, foi um caminho de construção de universidades

autônomas e produtivas. De modo que, acompanhar a história da universidade brasileira, a quem esta instituição serviu e quais caminhos trilhou até se desvencilhar das amarras do poder e se reconhecer entre as grandes produtoras de conhecimento no mundo dá vazão a compreender o real papel das universidades e suas políticas de inclusão e as perspectivas que as mudanças sociais exerceram na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. C.; TEIXEIRA, T. F. O docente da Educação Superior brasileira: contexto atuação e formação. **Olhar de Professor**. Ponta Grossa/RS, vol. 22, 2019 Universidade Estadual de Ponta Grossa. <https://www.redalyc.org/journal/684/68462591019/html/>
- FAUSTO, B. História do Brasil. 12 edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006
- BROCH, C.; BRESCHILIARE, F. C. T.; BARBOSA-RINALDI, I. P. a expansão da educação Superior no Brasil: Notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação** (Campinas) 25(02) May-August, 2020. <https://www.scielo.br/j/aval/a/fpjrVCm9bJpPn6LNsGZGLPH/?lang=pt>
- GOMES, V.; MACHADO-TAYLO, M. DE L.; SARAIVA, E. V. O Ensino Superior no Brasil – Breve histórico e caracterização. **Ciência e Trópico**. 2018, 42(1)
- PACHANE, G. G.; PEREIRA, E.M. de A. A importância da formação didático pedagógica e a construção de um novo perfil para docentes universitários. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 3, n. 4, 2004.
- OLIVEIRA, A. S.; FONSECA, A. L. B. da. Distanciamentos e aproximações nas formações em saúde no Brasil e Estados Unidos. **Convención Internacional de Salud**. Cuba Salu, 2018.
- OLIVEIRA, A. S.; FONSECA, A. L. B. da. Comparando modelos de educação médica: Brasil e Estados Unidos. In **Trajetórias de pesquisas em Saúde**. Alana Santos Oliveira e Ana Lucia Barreto da Fonseca (ORGS.) São Paulo: NEA editora. 2019, p.27-44.
- PIMENTA, S. G; ANASTASIOU, L. G. C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2010.